

Urbanismo Neoliberal e acumulação por espoliação: notas sobre o desenvolvimento urbano contemporâneo e o caso da área portuária no Rio de Janeiro [1]

Guilherme Chalo Nunes* & Renata Piroli Mascarello* & Stephanie Mesquita Assaf*

Resumo

O seguinte artigo discute a implantação e o contexto da Operação Porto Maravilha, que foi estruturada como uma Operação Urbana Consorciada, localizada na área portuária da cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil), e sancionada por lei municipal em 2009. Para tanto, optamos por inseri-la em um contexto de movimentações e crises mundiais que ocorreram no capitalismo a partir de 1970, como a crise por sobreacumulação, e uma crescente financeirização nesse modo de produção. Discutimos-a ainda como potente ação dessa ofensiva neoliberal sobre as cidades, articulada entre medidas do modelo de planejamento estratégico.

Palavras-chave: Operação Porto Maravilha; urbanismo neoliberal; acumulação por espoliação; crise de sobreacumulação; planejamento estratégico

Abstract

The following article discusses the implementation and the contextualization of the Porto Maravilha Operation, which was structured as a Consortium Urban Operation located in the port area of the city of Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brazil), and sanctioned by a municipal law in 2009. We inserted it in a context of global movements and crises that occur in capitalism since 1970, such as the crisis of overaccumulation, and a growing financialization in this mode of production. We have also discussed how powerful is the action of this neoliberal offensive on the cities, articulated as one of the strategic planning model measures.

Keywords: Porto Maravilha Operation; Neoliberal planning; accumulation by spoliation; overaccumulation crisis; strategic planning



Introdução

O presente artigo apresenta uma reflexão a respeito da Operação Urbana Consorciada que envolveu a reestruturação da área portuária do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil) – Operação *Porto Maravilha* – e a analisa como mais uma brutal ofensiva de ação relacionada às práticas de *urbanismo neoliberal*. Para tanto, o texto é dividido em três momentos, acrescido de considerações finais.

Inicialmente, aponta-se uma síntese da trajetória de crises e modificações inerentes ao *modo de produção capitalista*, congruente com o colapso mundial do fordismo-keynesianismo, o qual, segundo David Harvey, fortaleceu as medidas de *financeirização* do capital (HARVEY, 2008, p. 156). Essa ruptura, datada do fim da década de setenta do século passado, aconteceu acompanhada por uma *crise de sobreacumulação* que, de forma bastante simplificada, se configurou pelo excesso de capitais existentes sem possibilidades de investimento e de mercado para esses. Tal forma de crise não é incomum ao capitalismo, mas, considerando o recorte temporal analisado, a saída para essa foi a criação de novas “práticas predatórias de acumulação”, o que Harvey nomeia como processo de *acumulação por espoliação*.

A partir da premissa de que a urbanização de caráter neoliberal pode ser entendida como parte fundamental desse processo de acumulação que acontece por espoliação, é discutido, na sessão seguinte, como a produção do espaço ocorre frente a esse cenário tanto de crise como de reestruturação do capitalismo. Essa reestruturação gerou (e ainda gera) profundas marcas nas estruturas urbanas, tanto nos países centrais, como nos periféricos, uma vez que, nessa nova fase, a produção de excedente não está essencialmente relacionada aos meios de produção, o que causou uma reconfiguração tanto das cidades,

[1] A primeira versão deste trabalho foi apresentada em forma de comunicação oral no Seminário internacional urbanismo biopolítico: urbanismo neoliberal e produção do comum urbano e publicada nos anais do evento.

[2] Para mais informações, ver: <http://portomaravilha.com.br/>, acesso em: 3 de dezembro de 2017.

como do modelo de planejamento urbano tido como hegemônico.

Por fim, como estudo de caso, é discutido o projeto e o contexto de consolidação da Operação Porto Maravilha, executada por uma Operação Urbana Consorciada na Região Portuária do Rio de Janeiro sobre Lei Municipal sancionada em 2009. A Operação Porto Maravilha é um dos maiores e mais recentes expoentes nacionais de ação que remete ao *planejamento estratégico*, diretamente relacionada com a prática de *urbanismo neoliberal*, e fortemente alinhada aos objetivos de expansão do *capital internacional*.

Essa operação urbana acontece por meio de parceria público privada (PPP), artifício previsto no Estatuto da Cidade (2001), para se consolidar. Essa ação é a que envolve maior área de abrangência no território nacional: cinco milhões de metros quadrados. Segundo a empresa responsável por esse consórcio, dentre os objetivos da operação estavam a recuperação da infraestrutura urbana e de transportes, do meio ambiente, do patrimônio histórico e cultural, assim como um investimento massivo em habitação na área^[2].

Entretanto, muito do que também catalisou a existência do projeto Porto Maravilha foi uma sucessão de megaeventos na cidade do Rio de Janeiro. Entre os Jogos Pan-Americanos (2007), os Jogos Mundiais Militares (2011), a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014), os Jogos Olímpicos (2016) e os Jogos Paralímpicos (2016), a cidade do Rio de Janeiro passou por visíveis transformações no seu tecido urbano. As mudanças se deram, especialmente, por conta desses eventos esportivos que o município recebeu, pois todos eles trouxeram consigo uma série de encargos às cidades-sede. Para atender às exigências de comitês e federações internacionais, foi necessário um esforço que envolvesse os poderes público e privado, além de uma forma de planejamento – estratégico e competitivo – capaz de tornar a cidade apta e rentável para receber atletas,

equipes e imprensa, além dos milhares de turistas que visitaram a “cidade maravilhosa”. A ocorrência massiva de megaeventos na Cidade incidiu sobre essa em meio a uma onda positiva, temporária e recente na economia nacional. Logo, a referida Operação Urbana culminou sendo resultado tanto de dinâmicas locais quanto mundiais, referentes ao modo de produção em vigor e a todos os processos, aqui brevemente expostos, que reconfiguraram desde as formas de acumulação do capital até de produção do espaço.

2. Ofensiva neoliberal: acumulação por espoliação como forma de reação às crises do capitalismo

No contexto do modo de produção capitalista, o crescimento econômico é um processo acompanhado por contradições internas inerentes a esse que, com frequência, surgem na forma de crises. Isso significa que o crescimento harmonioso ou equilibrado é um mero acidente em face da natureza espontânea e caótica do capitalismo que guarda diversas possibilidades de ocorrência de crises, “assim como a percepção de certas tendências inerentes ao capitalismo que produzem graves tensões no processo de acumulação” (HARVEY, 2005, p. 44).

O processo de acumulação contém seus próprios pressupostos, mas pode encontrar barreiras que, se atingidas, possibilitam a precipitação de crises de determinada natureza. Uma das formas de essas “barreiras” se manifestarem é por meio da *sobreacumulação* que se estrutura, basicamente: (a) pela falta de oportunidades de investimentos lucrativos, como problema central; e (b) pela falta de demanda consumidora, com parte secundária integrante (HARVEY, 2014, p. 116).

A resolução da falta de oportunidades lucrativas – centro da dificuldade da crise de sobreacumulação – torna-se a grande diretriz das agendas do mercado e do Estado, em detrimento, inclusive, de necessidades sociais e políticas. Se for preciso

evitar a desvalorização, torna-se “imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital” (IBIDEM, p. 78). A ordem econômica corrente não perdura em meio a uma crise de sobreacumulação. Em face disso, é preciso que esse modo de produção encontre alternativas para manter-se em vigor, e é nesse ponto que David Harvey destaca um elemento central no capitalismo: sua capacidade de se reinventar.

O pecado original do capital – isto é, a chamada acumulação primitiva ou originária, pela qual Marx explica a transição para o capitalismo “[tem] eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não [morra] de repente” (ARENDRT, p. 28 *apud* HARVEY, 2014, p. 148). Como não se trata de mais uma acumulação originária ou primitiva – pois (a) o capitalismo já está instaurado e a necessidade eventual de superação de crise vem apenas no sentido de consolidá-lo, e (b) trata-se de um processo em andamento – Harvey nomeia essas “práticas predatórias de acumulação” de *acumulação por espoliação*.

Em face da sobreacumulação, a acumulação por espoliação libera “um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode se apossar desses ativos e lhes dar imediatamente um uso lucrativo” (HARVEY, 2014, p. 124). Nesse ponto, Giovanni Alves (2011, p. 28) evidencia que a acumulação por espoliação ocorre de diversas formas, “havendo em seu *modus operandi* muitos aspectos fortuitos e casuais”, apesar de usar da truculência como regra geral. A acumulação por espoliação é, então, uma espécie de acumulação primitiva constante e, como tal, é “uma atividade oculta e intrínseca à reprodução ampliada do capital” (ibid., p. 27). No contexto atual, de capitalismo avançado, ela possui um vínculo orgânico com a “mundialização financeira” (ibid., p. 29), além da administração e manipulação de crises e redistribuição via Estado (HARVEY, 2008, p. 173-178).

Sabe-se que as seguintes características de ação do capitalismo alcançaram seu auge na última década, apesar de que essa relação entre capital, mercado financeiro e Estado só foi posteriormente iniciada. Assim, como consequência da crise datada entre o fim dos anos 1960 e princípio de 1970, nos anos 1980, ocorreram profundas transformações na produção capitalista e, por conseguinte, na sociedade. Potyara Pereira narra que em meados dos anos 1970, tal crise estrutural foi causada por “desequilíbrios entre sobreacumulação e consumo e pela transformação do excedente produzido pela economia real em capital financeiro” (PEREIRA, 2012, p. 733-734). A forte onda de financialização e domínio pelo capital financeiro que se estabeleceu a partir de 1973 “foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório” (HARVEY, 2005, p. 122). Mercado por extremos, seja pelo excesso de dinheiro ou pela falta dele, esse foi o período em que a acumulação por espoliação saiu de sua condição clandestina “para se tornar a forma dominante de acumulação” (ALVES, 2011, p. 29).

Tal crise não só perdurou, como se acentuou em 2008, e fez com os países periféricos como o Brasil respondessem com “expedientes que lhe [deram] sobrevida como país emergente ou neodesenvolvimentista” (PEREIRA, 2012, p. 734), isto é, remodelando seu modelo econômico ou sua dependência de países ditos desenvolvidos e/ou de bancos internacionais, “ao mesmo tempo em que procura retomar a expansão econômica interna” (ibid., p. 734). Configurou-se, com todo vigor, a inserção do modelo econômico neoliberal, que desencadeou um “novo surto de universalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório” (IANNI, 2001, p. 13). Nessa nova configuração, as forças produtivas básicas (capital, tecnologia, força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho) não têm mais limites geográficos, históricos e culturais, “multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição” (ibid., p. 13). O desenvolvimento do modo capitalista de produção adquire

outro impulso em “um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e de trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar” (ibid., p. 13).

A acumulação por espoliação, na condição de instrumento para acumulação capitalista, tem como objetivo principal permitir a acumulação de capital em novos ramos, até então vistos como fora do alcance do cálculo de lucratividade. Expandir a acumulação implica na mercantilização do sujeito, do trabalho e dos bens comuns, para indicar alguns exemplos, ou seja, a reinvenção capitalista implica na privatização da vida, o que inevitavelmente envolve a perda de direitos (HARVEY, 2008, p. 189).

3. A apropriação da cidade: a relação entre acumulação por espoliação e o espaço urbano contemporâneo

Considerando a anatomia recente da expansão capitalista, nas últimas décadas do século XX, podemos acompanhar como a crise do modelo fordista e do Estado de Bem Estar Social (até então dominantes ao funcionamento desse modo de produção nos países centrais) contribuiu para a construção e consolidação de uma forma flexível de acumulação (HARVEY, 2009). Frente ao processo de crise de sobreacumulação, um novo padrão de acumulação se constituiu e engendrou também novas formas de sociabilidade e de produção do espaço urbano. Dessa forma, o neoliberalismo emergiu como arranjo político conservador em resposta para a referida crise, iniciada nos anos 1970 (HARVEY, 2008). Tendo em vista esse cenário, o funcionamento da economia passou a ser predominantemente através da financeirização, o que aconteceu de forma exponencial. Assim, os ativos financeiros se tornaram grandes refúgios de capitais para especulação e possível valorização, uma vez em que a valorização de capitais na escala produtiva tem tido

um grande declínio a partir do recorte temporal analisado. A impossibilidade de reprodução ampliada do capital se torna uma realidade cada vez mais presente e predominante no capitalismo contemporâneo.

Essa transformação no padrão de desenvolvimento do capitalismo fez com que as transformações no espaço – e logo nas cidades, tendo em vista o grande processo de urbanização que ocorreu na mesma época e em escala global – se tornassem cada vez mais radicais, intencionando novas possibilidades de acumulação. Em um momento anterior, o capitalismo conseguia expandir suas fronteiras para novos mercados, como ocorreu por todo o século XIX e XX. Porém, agora, com a produção globalizada, a concorrência do mercado global já se encontra presente em todos os lugares, impossibilitando a expansão externa como solução imediata para as crises de superacumulação de capital. No que condiz a conformação espacial das cidades, as fábricas, que faziam parte da paisagem urbana, deixam de ser uma marca fundamental dos grandes conglomerados urbanos dos países centrais e se espalham pelo mundo, principalmente pelos países em desenvolvimento e emergentes – países que dão todas as condições políticas, fiscais e ambientais para a produção global.

Nunca foi tão presente no capitalismo o movimento de (re) estruturação espacial para criar, recriar e produzir novos espaços de acumulação. Logo, a necessidade crescente de novos ajustes espaciais para afastar a crise e as contradições para perpetuar a expansão de novos ciclos de desenvolvimento exige um constante investimento em capital fixo no ambiente construído das cidades (BOTELHO, 2013), uma vez em que, segundo Neil Smith, “o ritmo histórico do investimento no ambiente construído forja padrões geográficos específicos que, por sua vez, influenciam fortemente o programa de acumulação do capital” (SMITH, 1988, p.182).

A possibilidade, que as economias nacionais e outros agentes interessados encontram para absorver o excedente de capital é o investimento no espaço urbano: investimento em capital fixo nas cidades. Para atender aos objetivos do capital transnacionalizado, a cidade-fábrica é transfigurada em cidade-“mercadoria, empresa, ou pátria” (VAINER, 2000, p. 98). Sendo que, “neste contexto, isto é, em relação à reestruturação de economias através da crise, em preparação para uma nova fase de expansão, [...] a divisão particular de trabalho tem sua mais destacada expressão geográfica” (SMITH, 1988, p.186). O desenvolvimento do espaço urbano como “esfera geográfica diária do trabalho abstrato” (ibid., p.198) acompanhou essa ressignificação profunda a partir da mencionada crise do capitalismo da década de setenta:

o desenvolvimento pode bem envolver expansão urbana absoluta, mas pode igualmente ser atingido através da expansão in situ: o consumo de espaço existente é intensificado, ou partes daquele espaço são reproduzidas, reestruturadas para atender as novas necessidades. A diferenciação interna do espaço urbano determina as condições concretas sobre as quais se constrói a expansão urbana. Num nível mais básico, o espaço urbano está dividido entre espaços de produção e espaços de reprodução, que levam à concentração local de atividades e usos do solo específicos — indústria, transporte, residências, recreação, varejista, comercial, financeiro e assim por diante. (ibid., p. 198)

Dessa forma, a cidade passou a ser produzida a partir do paradigma neoliberal de cidade-empresa, em que o planejamento assume o empreendedorismo como pensamento único da produção da cidade (HARVEY, 2005). Otilia Arantes sintetiza tal tendência e declara que, graças ao fim da “Era do Crescimento”, o planejamento urbano “simplesmente perdeu seu caráter de evidência e cifra da racionalidade moderna, tornando-se o alvo predileto da ofensiva liberal-conservadora” (ARANTES,

2000, p. 21). Entretanto, apesar dessa perda de alguns preceitos modernistas aplicados ao planejamento urbano, as cidades continuam sendo planejadas e geridas como empresa. Se anteriormente o “urbanismo modernista teve como modelo ideal a fábrica taylorista” (VAINER, 2000, p. 85), atualmente:

os neoplanejadores se espelham na empresa enquanto unidade de gestão e negócios. Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. (ibid., p. 86)

Como alvo dessa “ofensiva liberal” de mercado e dos “neoplanejadores”, a cidade passa a ser articulada como “*growth machine*” [“máquina de crescimento”] e se fundamenta na junção de “coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária” atuando em conjunto com uma “legião de profissionais” (ibid., p. 27). Tais profissionais, nesse contexto de cidade-mercadoria, “conformam as políticas urbanas à medida em que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza” (ibid., p. 27).

Assim, as cidades se tornaram “mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda” (ibid., p. 78). Nesse cenário mundial de competição entre as cidades, várias estratégias são adotadas para que essas se tornem mais desejáveis, consumíveis e lucrativas. Afinal, o que está à venda não são apenas as cidades em si, mas seus atributos, imagem e potencial econômico. Nessa esteira, discutiremos, ainda que brevemente, algumas reestruturações urbanas pelas quais a cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil) passou para se inserir nessa dinâmica de competição interurbana global. Apesar da presença de práticas de planejamento estratégico operarem na Cidade desde 1993, com a criação do consórcio “Rio sempre Rio” e de sua posterior

publicação (Plano Estratégico), em 1995; a Operação que ocorreu na área portuária da cidade, a partir do ano de 2009, foi uma empreitada muito mais ambiciosa, que alterou profundamente tanto a dinâmica dessa região, como a da cidade.

4. O rio de janeiro e o urbanismo neoliberal

Historicamente, podemos acompanhar na cidade do Rio de Janeiro diversas tentativas de produção de novos vetores de desenvolvimento, como a industrialização na zona norte e as novas ligações para a zona sul, com vários modais de transporte. Entretanto, nos últimos anos, a região portuária, localizada na parte central da cidade, passou a servir como um novo eixo de crescimento econômico, simbolizando o fortalecimento de novo padrão de gestão urbana que a capital fluminense engendra. Banhada pela Baía de Guanabara, a área central do Rio de Janeiro é palco de várias transformações que a cidade e o país sofreram ao longo da História. Foi lá que os primeiros núcleos urbanos nacionais surgiram e começaram a dar forma ao chamado centro histórico, situado entre o Bairro da Lapa e a região do Santo Cristo. A partir da década de 1960, o Centro se transformou em uma região demarcada pela obsolescência, relacionada “com a deterioração dos prédios, o sucateamento dos equipamentos urbanos, o predomínio de moradores mais pobres e a estigmatização espacial, associada à imagem de área ligada à prostituição, ao comércio de drogas ilícitas e à violência” (MARTINS, 2015, p.196).

Dessa forma, ocorreu uma desvalorização do preço do solo naquela região, apesar de sua centralidade e memória histórica. O cenário de abandono (perfeito para investimento de capital privado para revitalização), somado à relevância histórica do lugar (pretexto para a intervenção), serviram como argumento tanto implícito como explícito para a realização de um consórcio de gestão público-privada naquela região. As intervenções na área simbolizaram muito bem o modelo de gestão de cidade

– inspirado nos preceitos do planejamento estratégico, que fatalmente culminou na execução de um urbanismo de caráter neoliberal – aplicado naquela região. O projeto Porto Maravilha foi executado por meio da Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 101/2009). A AEIU do Porto Maravilha “abrange os bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo; as favelas Morro da Providência, Moreira Pinto, São Diogo e Pedra Lisa; e partes dos bairros Centro, Caju, São Cristóvão e Cidade Nova” (CRETTON, 2016, p. 127), conforme podemos observar na figura 01. Seus pressupostos incluem a “ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região” (RIO DE JANEIRO, 2009, s. p), além da preparação para os Jogos Olímpicos de 2016.

A revitalização do Porto deu continuidade à tendência estabelecida no Rio de Janeiro, desde 2007, em sediar grandes certames esportivos e uma série de eventos de menor impacto que se somam a essa forma de pensar e projetar a cidade. As ações de reestruturação urbana, que acometeram o município nos últimos anos, demonstram como essa dinâmica de investimento opera no espaço urbano criando um modelo de gestão a serviço das demandas do capital internacional. Esse modelo, todavia, só pode ser realizado por meio de um grande movimento jurídico e financeiro por parte do poder público. Como já mencionado, o investimento em capital fixo no ambiente construído das cidades é um importante fenômeno para fugir de crises – tão caras ao modo de produção capitalista. Contudo, investimentos de alto risco e de grande volume de capital não são rentáveis a curto prazo, o que dificulta a captação de investidores de imediato. O Estado, então, surge como um ator fundamental.

Quando o Estado atua como um investidor, existe uma securitização do investimento e a criação de estruturas jurídicas e financeiras necessárias para a consecução do projeto. Assim, o caminho da financeirização do espaço urbano fica completo, pois o Estado assume a financeirização da vida pública como resposta aos problemas urbanos. No caso do Porto Maravilha a reestruturação não aconteceu de forma diferente: um complexo mecanismo financeiro mediou a relação entre prefeitura, governo federal, banco estatal e mercado financeiro. Em 2010, este “mecanismo financeiro” foi criado junto à Comissão de Valores Imobiliários (CVM), entidade do Ministério da Fazenda. Chamados de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), tinham como objetivo angariar recursos para o projeto de revitalização sem utilizar verba pública, pois seriam negociados posteriormente no mercado de ações. Os CEPACs são títulos da possibilidade de construção em áreas de revitalização urbana, um modo de angariar liquidez num projeto de reestruturação urbana e de usar os recursos que só serão realizados futuramente. É, portanto, o adiantamento de recursos para dar início a obras que, onerosas e demoradas, só começam a apresentar ganhos efetivos depois de muitos anos.

Teoricamente, esse é um título de grande rentabilidade, pois está inscrito em sua natureza uma renda aditiva a ser obtida com a construção adicional. Entretanto, como o orçamento estatal e os recursos públicos são, numa era de crise fiscal e endividamento, a melhor maneira de antecipação de ganhos, ao invés de a Prefeitura esperar o interesse privado pelos títulos e, portanto, efetivamente fazer uso de recursos da iniciativa privada, um banco público se torna mediador dessa circulação de ativos do mercado financeiro, funcionando como agente securitizador e socializando o risco do investimento no projeto de renovação urbana. É importante notar como ocorre a financeirização da norma urbana, mesmo com a “nobre” iniciativa de não ferir os cofres públicos: a instituição que fez a compra de todos os

CEPACs foi a Caixa Econômica Federal (CEF), que arrematou os certificados em um único leilão:

Na ocasião, ficou acertado que cada um dos mais de seis milhões de certificados teria preço de 545 reais. Dois anos depois, com obras já iniciadas no local, o banco federal só conseguiu o preço mínimo para a revenda de parte desses certificados, o que ainda assim era visto como um bom negócio, pois era mais que o dobro do valor despendido inicialmente (foram vendidos por 1.150 reais pouco menos de 26 mil títulos). Contudo, foi encoberta aí uma aritmética básica: mesmo que todos os CEPACs fossem vendidos a esse preço, ainda assim a CEF sairia no prejuízo, pois o dobro do valor do lote arrematado (7 bilhões de reais) ainda seria muito abaixo do valor total liberado para o negócio – 3,5 bilhões pelos títulos mais os 8 bilhões prometidos em obras para o local. No fundo, a mais importante empreitada imobiliário-financeira no Rio de Janeiro é o resultado de um dispêndio bilionário de recursos públicos, envelopado como se fosse uma operação moderna e lucrativa, mas que não passa de mais uma estratégia para fomentar a iniciativa privada com a socialização de custos (BOTELHO, 2015 p.3).

A gênese urbanística, a estrutura político-econômica e os principais agentes deste modelo de urbanismo têm no Porto da Cidade de Barcelona – e em sua revitalização para o projeto olímpico em 1992 – o exemplo a ser seguido de planejamento urbano estratégico, como demonstramos anteriormente. Salienta-se, contudo, que tanto a Barcelona de 1992, quanto o Rio de 2016 (e 2007, 2013, 2014) escancaram operações claramente marcadas por práticas do urbanismo neoliberal desenvolvido no mundo todo desde a década de 1970. Para além de uma gestão focada na renovação urbana e na realização eventos mundiais, o que está em voga é um projeto – jurídico e financeiramente estruturado – de privatização do espaço como resposta às crises de sobreacumulação do capitalismo.

Considerações finais

A crise do capitalismo, analisada a partir da década de setenta, catalisou uma profunda transformação nesse modo de produção, e estamos vivenciando os impactos urbanos da tentativa do capital em sobreviver às suas próprias contradições. A produção do espaço urbano nunca foi tão importante nesse processo de ajuste espacial, considerando a prática de acumulação por espoliação. As cidades se transformaram em atores centrais na economia mundializada e financiarizada, no processo de procura de investimentos e consumidores dessas e para essas. Logo, a busca por rendas de monopólio no espaço urbano se configurou a partir de novas fronteiras do urbanismo contemporâneo.

Esse processo acompanhou uma profunda transformação do Estado, e, na aurora do século XXI, a agenda neoliberal se tornou o pensamento hegemônico da gestão urbana em várias cidades do mundo. Dessa forma, o planejamento estratégico – um expoente dessa agenda – surge como método dominante para gestão urbana em um momento de competitividade global. Progressivamente, ocorre uma profunda transformação na gestão do espaço urbano, em que cada vez mais bens públicos como saúde, educação, saneamento, entre outros, são geridos como ativos no mercado financeiro, para não se falar da cidade em si. Desvendar os caminhos que o urbanismo neoliberal vem trilhando nos últimos anos é imperativo para compreender o atual momento do capitalismo.

Entretanto, mesmo que em cenários devastadores, em que reinam o consenso, a produção do comum pode emergir. Nesse sentido, lidamos com o consenso não como resultado potencial de processos de negociação e diálogo entre diversos agentes, mas sim pelo compartilhamento de um “pensamento único” para as cidades: direcionado para a circulação do capital transnacional e gerido pelo mercado. Assim, é inerente ao

consenso a exclusão de sujeitos subalternos nessa dinâmica moldada pelo capital. Dessa forma, o conflito se apresenta como a única solução possível para esse cenário contemporâneo, pois a única forma de se romper com o consenso que gere as cidades e a vida pública é a partir desse. Frente a essa forte ofensiva neoliberal-conservadora, só nos resta então o conflito, como forma de ruptura.

***Guilherme Chalo Nunes** Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

***Renata Piroli Mascarello** Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

***Stephanie Mesquita Assaf** Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ilustração de abertura do artigo
produzida pela bolsista indisciplinar
Mariana Bubantz

Referências

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade*: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2013.

_____. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas regiões urbanas. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CRETTON, Mariana Andrade. *Cidade para Quem? O lugar da moradia no Porto Maravilha*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 226 p., 2016

BOTELHO, Maurilio Lima. *Cidade do Amanhã*: Urbanização simulada e ficcionalização do capital no paraíso tropical. 2015 (MINEO)

_____. Desenvolvimento, espaço e crise estrutural. In: *Espaço e Economia*: Revista Brasileira de Geografia Econômica, v. 1, 2013.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. Trad. Carlos Szlak.

_____. *O neoliberalismo*: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008a. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves

_____. *Condição pós-moderna*: Uma pesquisa sobre a origem da

mudança cultura. 18ª Ed. São Paulo: Loyola, 2009. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves.

_____. **O novo imperialismo: capitalismo e espolição.** 8.ed. São Paulo: Loyola, 2014. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves

IANNI, Otávio **A era do globalismo.** 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARTINS, R. D. F. Projeto Porto Maravilha (RJ): uma análise sob o Rent Gap de Neil Smith. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, V.17, N.3, p.195-214, RECIFE, SET./DEZ. 2015.

MARX, Karl. [1867] **O Capital: crítica da economia política.** Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. Trad. Rubens Enderle.

PORTO MARAVILHA. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/>, acesso 03 de dezembro de 2017

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p.729-753, dez. 2012.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009.** Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/b39b005f9fdb3d8032577220075c7d5?OpenDocument>>. Acesso em: 3 set. 2017.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: Bidou-Zachariassen, Catherine (org.). **De volta à cidade.** São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

_____. ¿Ciudades después del neoliberalismo?. In: Smith, Neil; Rolnik, Raquel; Ross, Andrew; Davis, Mike. **Después del neoliberalismo: ciudades y caos sistémico.** Barcelona: Ed. Museu d'Art Contemporani de Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2009.

_____. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 192 p.